



# Escola Família Agrícola de Chapadinha

## Plano de Avaliação Institucional: 2026 - 2030



Nova Venécia - ES  
2025



**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO - MEPES  
ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA - EFAC**

**PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL  
2026 - 2030**

**NOVA VENÉCIA – ES  
2025**

**É fundamental  
diminuir a distância  
entre o que se diz e o que se faz,  
de tal forma que,  
num dado momento,  
a tua fala seja a tua prática.**

**Paulo Freire**

**Presidente do MEPES**

Darci Schaefer

**Gerente Administrativa, Financeira e de Recursos Humanos do MEPES**

Ligia Bissa Meriguete

**Equipe Técnico Pedagógica**

Joel Benisio Duarte

**Setor Administração Escolar**

Lilian Fernandes Medeiros

**Comissão Responsável pela Elaboração do  
Plano de Avaliação Institucional**

**Diretoria da Associação Promocional da Escola Família Agrícola de  
Chapadinha**

Lorival Brandt

Valdir Bening

Maria Helena Rodrigues Pestana

Fabiana Pagung Heise Dell Orto

Marcos Antônio Pratisoli

Luciene da Silva Rodrigues Erculino

**Equipe de Educadores/as e auxiliares**

Alcione Reetz

Aleandra Zavarise Belcavello

Celso Eulálio de Oliveira Júnior

Elaini Bichi Rodrigues Costa

Evaneide Machado da Cruz

Jeferson Messias Mondoni

João Pedro Ferreira Soto

Nielsen Alves

## SUMÁRIO

1. Apresentação .....	04
2. Concepção teórico-metodológica da autoavaliação institucional.....	05
3. Objetivos da autoavaliação institucional .....	13
3.1. Objetivo geral.....	13
3.2. Objetivos específicos.....	13
4. Organização e estruturação da autoavaliação institucional.....	14
4.1. Aspectos metodológicos da autoavaliação institucional na Efac.....	14
4.2. Estrutura geral da autoavaliação da Efac .....	17
5. Operacionalização da autoavaliação .....	21
5.1. Mobilização da comunidade escolar e constituição da comissão própria de autoavaliação institucional.....	22
5.2. As dimensões avaliadas no programa de autoavaliação institucional.....	25
6. Instrumentos da autoavaliação institucional .....	26
6.1. Instrumentos e procedimentos metodológicos .....	27
6.2. Sistematização das informações ou etapa de consolidação.....	29
7. Resultados da autoavaliação .....	30
7.1. Cronograma.....	31
8. Referências .....	33
9. Apêndice .....	35
9.1. Apêndice A – Matriz utilizada pela comissão de AI para sistematizar a realização das metas e opiniões dos segmentos escolares.....	37
9.2. Apêndice B – Indicadores e instrumentos específicos utilizados na avaliação de cada uma das dimensões.....	40
9.3. Apêndice C - Roteiro do relatório anual do pai da Efac .....	54



## 1. Apresentação

Esse Programa de Autoavaliação Institucional (PAI), para o período de 2026 a 2030, é fruto da experiência de trabalho com o PAI, acumulada anteriormente, e expressa a sistematização do debate coletivo realizado pela comunidade escolar da Escola Família Agrícola de Chapadinha (Efac), com intuito de desenvolver mecanismos para monitorar o desenvolvimento dessa instituição, com base em sua visão, missão e valores fundados na Pedagogia da Alternância, bem como ajustar seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Ao materializar seu perfil institucional (visão, missão e valores), a escola cumpre historicamente uma função social, política e ambiental no território onde estabelece suas relações, sendo valorizada pela sociedade por sua contribuição.

Dessa maneira, tendo em vista o interesse público da instituição e por se tratar de uma escola cuja constituição histórica foi forjada pelo protagonismo das famílias, valoriza-se muito a participação da comunidade escolar. Assim, a gestão democrática se constituiu em sua trajetória como seu princípio político, sendo uma importante marca desta escola.

Na busca constante por fortalecer essa característica histórica da Efac, é que se encontra a justificativa para a construção desse PAI, tendo ele uma finalidade estratégica de desenvolvimento de mecanismos para possibilitar cada vez mais a participação dos sujeitos da escola em seus processos gerenciais e pedagógicos, elegendo a Autoavaliação Institucional (AI) como um instrumento essencial para mediar esse diálogo com a comunidade escolar e verificar a contribuição da escola para as pessoas e o meio, como seu nível de desenvolvimento e atualidade e a pertinência de seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

A partir desse diálogo, espera-se reconhecer e promover adequações no PDI da Efac, almejando sua sustentabilidade e longevidade. Dessa maneira, esse PAI foi organizado de forma a expressar os fundamentos teóricos, mas também metodológicos, da avaliação institucional na Efac.

## **2. Concepção teórico-metodológica da autoavaliação institucional**

O processo de avaliação na Pedagogia da Alternância é resultado de um longo processo de reflexão e crítica da prática desenvolvida, o que permitiu sistematizar uma diversidade de formas e instrumentos avaliativos, na perspectiva de cumprir com sua finalidade político-pedagógica de emancipação humana.

O marco inicial da reflexão sobre a avaliação nas Efas foi a partir da transição do curso ofertado, de supletivo para Ensino Fundamental e Médio Regular, com profissionalização. Até então, a prática avaliativa no processo de ensino-aprendizagem se restringia a aspectos mais quantitativos, como forma de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem, e de projetos voltados para as atividades rurais como trabalho final de série e curso.

Quanto à avaliação institucional, consideravam-se os resultados a partir do planejamento estabelecido, com maior ênfase nos aspectos técnicos-administrativos. A instância de gestão era o conselho administrativo das Efas, constituído pelas famílias, estudantes, ex-estudantes, educadores e representantes de instituições ligadas ao meio rural e poder público local.

Diante das mudanças no atendimento das modalidades de ensino e da necessidade de adequação à nova realidade, houve um forte estímulo para refletir e sistematizar as práticas avaliativas. Esta reflexão se dá a partir do princípio/finalidade da formação integral/emancipadora. Sendo assim, fez-se necessário pensar a avaliação de forma coerente com os princípios e finalidades das Efas. Neste contexto a avaliação passa a ser concebida como mecanismo de diagnóstico dos potenciais e desafios - seja do estudante ou da instituição - e de sistematização das alternativas, se consolidando como uma ferramenta indispensável para o desenvolvimento do trabalho das Efas.

Do ponto de vista da organização institucional, as instâncias envolvidas passaram a ser estruturadas por meio da auto-organização, as famílias organizadas em associação, os professores/monitores e auxiliares em equipe de trabalho e os estudantes que fazem a gerência da vida coletiva por meio da estrutura organizativa de associação, sendo este também um ensaio de processos de organização coletiva com finalidade pedagógica.

Através destas instâncias, se promove a gestão participativa, que incide diretamente na avaliação institucional. Esta tem por finalidade avaliar o desempenho da instituição com base em seus objetivos e planejamentos anuais. Ela envolve com



maior intensidade os parceiros internos - famílias, estudantes e equipe de trabalho (professores/monitores e auxiliares) e em menor intensidade os parceiros externos - a comunidade e outros. No decorrer do ano são realizadas avaliações de empenho e desempenho dos parceiros internos (famílias, estudantes e equipe de trabalho), conforme os compromissos assumidos, e estas se inter-relacionam com avaliação dos resultados, podendo, aqui, envolver os parceiros externos.

Os princípios da avaliação nas Efas são pautados a partir do projeto de educação e sociedade no qual se insere a Pedagogia da Alternância, desta forma temos como eixos norteadores da nossa práxis educativa: a **Agricultura que Queremos** - baseada nos princípios da sustentabilidade e as orientações da agroecologia; a **Organização que Queremos** - protagonismo dos sujeitos envolvidos com participação ampla e democrática e a **Educação que Queremos** - opção pela Pedagogia da Alternância como estratégia pedagógica preservando os princípios:

- Filosófico: uma educação própria e apropriada as distintas realidades para gerar a tomada de consciência em vista da emancipação humana;
- Político: a gestão compartilhada que envolve famílias, estudantes e educadores, sendo os beneficiários os principais protagonistas no processo político-pedagógico e administrativo;
- Pedagógico e Metodológico: a educação contextualizada através do ritmo da alternância, temas geradores e o plano de estudo como método guia do processo ensino-aprendizagem.

São estes elementos que estabelecem os parâmetros para as avaliações nas Efas, sendo esta democrática e emancipadora, coerente com sua finalidade, oportuniza refletir sobre a forma como se dão os processos de organização e os processos de ensino – aprendizagem da instituição.

A Efac, por se tratar de uma escola do campo, possui especificidades que precisam ser consideradas para compreender sua projeção e atuação político-pedagógica. Sendo uma instituição construída com grande inserção e participação comunitária, possibilita o direito ao acesso a uma educação de qualidade e territorializada na cultura e nas identidades dos povos do campo. A concepção da escola em relação à Educação do Campo está ancorada na perspectiva proposta por Caldart (2004, p. 154-155), que a define da seguinte maneira:

**ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA - EFAC**

É um projeto de educação que reafirma, como grande finalidade da ação educativa, ajudar no desenvolvimento mais pleno do ser humano, na sua humanização e inserção crítica na dinâmica da sociedade que faz parte; que compreende que os sujeitos se humanizam ou se desumanizam sob condições materiais e relações sociais determinadas; que nos mesmos processos em que produzimos nossa existência nos produzimos como seres humanos; que as práticas sociais e, entre elas, especialmente as relações de trabalho conformam (formam ou deformam) os sujeitos.

Buscando alcançar os seus objetivos construídos historicamente, a escola desenvolve sua autoavaliação institucional, procurando sempre se manter útil, atual e adequada ao coletivo escolar em que se integra. Nesse sentido, os instrumentos de gestão são fundamentais, pois possibilitam a Efac se avaliar e projetar as suas ações numa relação dialética e evolutiva.

Procurando esclarecer do que se trata a autoavaliação institucional, encontra-se na Resolução Nº 3.777/2014, estabelecida pelo Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo (CEE-ES), em seu artigo 48, como “um mecanismo de verificação contínua das condições estruturais e de funcionamento da instituição, para o aperfeiçoamento da qualidade de ensino oferecido por ela e a melhoria de produtividade” (Espírito Santo, 2014, s.p).

Aprofundando no estudo dessa temática, encontram-se em outros autores, definições sobre a avaliação institucional que se aproximam do que almeja em relação à mesma, como o apresentado por Araújo (2009, p. 100), que afirma ser ela “um instrumento de grande valia que pode ser construído e implantado por uma instituição de ensino para produzir um conhecimento da realidade, daquilo que se deseja, bem como do indesejável do interior da organização, no intuito de fornecer subsídios ao planejamento para a melhoria da qualidade.” Para Santos (2013, p. 12), quando bem desenvolvida, ela “torna-se um instrumento de reorientação do trabalho educativo, a partir da construção coletiva de uma concepção de avaliação democrática e formativa, capaz de intervir efetivamente na realidade educacional, no sentido de contrapor-se à crescente exclusão e ao aprofundamento das desigualdades sociais.”

De maneira mais abrangente, a SEED (2003-2006, 2-3, p. 06 *apud* Willms, 2009, p.06), define a avaliação institucional como:

Processo que busca avaliar a instituição de forma global, ou seja, contemplando os vários elementos que a constituem em função de sua finalidade. Através de instrumentos que permitam a manifestação de suas características próprias (identidade, e que também a localizem dentro da globalidade do sistema, sem deixar de articular identidade e globalidade com o contexto social (...). A avaliação expressa nesse instrumento pretende ser formativa e emancipadora, descarta assim todas as formas de classificação



e estabelecimento de rankings ou premiação. Busca-se conhecer a realidade e os seus resultados devem se constituir em subsídios para a tomada de decisões no sentido de avançar na melhoria da educação escolar pública do nosso Estado. (...) tem o propósito de mobilizar as escolas através da reflexão e discussão coletivas, a fim de criar uma cultura de avaliação institucional como forma de autoconhecimento e de comprometimento em torno da principal função da escola, que é a efetivação do processo ensino-aprendizagem.

Quando se trata de avaliação institucional, há um reconhecimento dos teóricos, a exemplo de Lück (2012), Luckesi (2003), Brandalise (2010, 2015 e 2017), de que esse instrumento, aplicado à educação, possibilita melhorar sua qualidade. Contudo, conforme nos explica Oliveira Júnior (2020, p.7) “essa contribuição depende da forma como ela é entendida e praticada, sendo necessário que essa ferramenta se distancie dos interesses neoliberais e se aproxime de uma perspectiva crítica e dialética, contribuindo para uma educação emancipadora.” Assim,

o real significado da avaliação na educação está em fortalecer o movimento que leva à emancipação social e à democratização da sociedade, podendo, nessa perspectiva, contribuir para entender a complexa trama em que as políticas educacionais são produzidas e como elas se materializam no cotidiano da escola (Brandalise, 2015, p. 61).

Na Pedagogia da Alternância, a avaliação é considerada um processo sistêmico e formativo, que estimula o desenvolvimento individual e coletivo através do protagonismo das pessoas. Sendo assim, pretende:

[...] avaliar e verificar o nível de funcionamento de todas as ações, relações e decisões dos programas do projeto CEFFA, no ponto de vista do objetivo político da avaliação, o CEFFA procura diagnosticar e canalizar a conduta a nível individual e coletivo, seguindo os princípios e valores da ética, da tolerância e da solidariedade humana (Efac, 2019, p. 22).

Entende-se que o sentido da avaliação está a serviço da transformação social, neste sentido, ela acontece de forma orgânica, onde a relevância se dá no envolvimento dos parceiros através da organização sistemática de instâncias de participação. Essa concepção se diferencia dos moldes tradicionais de avaliação institucional, orientados geralmente para o individual, pelo contrário, ela sustenta e alimenta a ordem do comprometimento coletivo para todos os aspectos da gestão escolar, sejam eles administrativos, pedagógicos, políticos e técnicos.

A importância desta linha de pensamento se dá na prática na significância da função dos parceiros, o diretor não é o dono da verdade e o responsável pela escola, sua função é de articulação, as famílias não são simplesmente usuárias passivas do sistema, mas têm funções ativas na gestão pedagógica, política e administrativa da



escola, os professores não estão em função de transmitir sabedoria, mas de compartilhar e, igualmente às famílias, estão envolvidos em todo o processo escolar e os estudantes não são meros receptores de conteúdos, mas são protagonistas no processo de aprendizagem.

Visando o desenvolvimento coletivo da comunidade escolar, a Efac estimula o protagonismo dos sujeitos, por meio de instâncias de participação em vários graus e abrangências de decisões e realizações. Por isso, a análise destas instâncias, através do material produzido pelas mesmas, além da valorização dos sujeitos envolvidos, também promove o comprometimento com a ação e a transformação.

Dessa maneira, o arcabouço teórico que sustenta o PAI da Efac vai de encontro ao estabelecido no perfil da instituição, ao mesmo tempo que possibilita avaliar o seu alcance. Analisando o PDI da escola, consta-se esse perfil, que expressa sua filosofia da seguinte maneira:

A Escola Família Agrícola concebe que o processo educativo é uma possibilidade de o estudante elaborar o conhecimento, num processo de mediação, assentado nas suas vivências. Portanto, a filosofia de educação a qual a EFA se vincula, compreende esta, como um processo que contribui para a formação das pessoas numa perspectiva de responsabilidade social e política.

Sendo assim, o processo de ensino aprendizagem, que conduzirá à autonomia dos jovens estudantes, precisa levar em conta as condições, a que se encontram subordinadas, a produção e a reprodução da vida humana em sociedade e, na relação com a natureza.

Para a Escola Família Agrícola, a emancipação e a transformação social exigem o conhecimento da realidade, portanto, deve-se considerar o homem, um ser de relações que não apenas está no mundo, mas, também, com o mundo, assim como afirma Freire (2001). Deste modo, a leitura da realidade, mediada pela Pedagogia da Alternância, se constitui a partir da construção da consciência crítica, sendo que, ler a realidade implica saber intervir, usando como base instrumental o conhecimento reconstruído, e como base ética, a capacidade de redirecionar a história, sendo dela sujeito (Efac, 2019, p. 14).

Além disso, em relação à missão da escola, também consta-se forte integração com as intenções da autoavaliação institucional da Efac e o seu PDI, tendo sido expressa da seguinte maneira:

Ofertar serviço público de educação, sendo uma instituição de caráter comunitário, desenvolvendo uma educação contextualizada emancipadora através da Pedagogia da Alternância, refletindo os diversos fenômenos da vida a partir dos conhecimentos científicos produzidos e sistematizados historicamente pela humanidade (Efac, 2019, p. 15).

Ao cumprir sua missão, a escola pretende, no longo prazo, materializar a visão da instituição, sendo “ser referência de educação contextualizada, crítica e libertadora,

contribuindo na formação humana, científica e na integração ao mundo do trabalho, colaborando para uma sociedade firmada nos princípios da justiça e equidade” (Efac, 2019, p. 15).

Assim, a autoavaliação institucional, como elemento mediador do diálogo entre os diversos segmentos da comunidade escolar, possibilitará verificar se a filosofia, missão e visão da instituição, como todo o seu planejamento, está se concretizando no imaginário desse coletivo, bem como apontar os ajustes a serem realizados para corrigir eventuais desvios nessa construção ou até mesmo, perceber os sinais da necessidade de reelaborar o perfil da instituição.

Diante do exposto, fica evidente que cada escola precisa desenvolver os mecanismos para proceder a sua avaliação institucional, buscando não fechá-la em alguns poucos aspectos, ou ainda mais, reduzindo-a aos resultados dos estudantes nas avaliações externas. A integração entre esse instrumento e o PDI é essencial, tendo esses uma relação integrativa e dialética.

### **3. Objetivos da autoavaliação institucional**

#### **3.1. Objetivo Geral**

- Instrumentalizar o processo de autoavaliação institucional por meio de metodologia adequada às especificidades da Pedagogia da Alternância, a fim de proporcionar melhorias nos processos do ensino-aprendizagem e da gestão democrática da escola.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

- Analisar o cumprimento da missão institucional;
- Avaliar os propósitos estabelecidos no PDI;
- Orientar as atividades da comissão através do detalhamento das etapas da autoavaliação institucional;
- Fornecer informações para tomada de decisão, contribuindo para o desenvolvimento institucional;
- Subsidiar a elaboração do relatório anual e quinquenal da instituição.

#### **4. Organização e estruturação da autoavaliação institucional**

A organização e estruturação da autoavaliação institucional da Efac, foi desenvolvida com base nas orientações disponibilizadas pela Superintendência de Educação, mas também nos apoiamos em Thiollent (2011) e Brandalise (2010), como na experiência empírica da escola. Dessa forma, achamos importante, apresentar brevemente os aspectos teóricos que fundamentam a nossa proposta metodológica, na intenção de que fique mais clara a operacionalização desse programa. Assim, dividimos esse capítulo em duas partes, sendo uma dedicada ao referencial teórico da metodologia e a outra sobre a estrutura do PAI, apresentando as etapas desse processo.

##### **4.1. Aspectos metodológicos da autoavaliação institucional na Efac**

Os processos de avaliação convencional das instituições de educação, em muitos casos, provocam muitas desilusões na comunidade escolar, pois, em geral, desconsidera a sua participação ou produz a expectativa que ajudará a resolver os problemas da escola, motivando os diversos atores sociais, que se mobilizam e procuram contribuir com a equipe de avaliação, mas comumente, ao final do trabalho, são descritos os problemas, realizadas algumas generalizações e inferências, e as pesquisas acabam por não contribuir efetivamente com a transformação da realidade local, servindo muitas vezes apenas para compor os aspectos legais para renovação dos cursos e/ou publicações acadêmicas.

Dentro de uma concepção do conhecimento que seja também ação, podemos conceber e planejar pesquisas cujos objetivos não se limitem à descrição ou avaliação. No contexto da construção ou da reconstrução do sistema de ensino, não basta descrever e avaliar. Precisamos produzir ideias que antecipem o real ou que delineiem um ideal (Thiollent, 2011, p. 85).

Historicamente na Pedagogia da Alternância, como já vimos, a avaliação se configurou como uma importante ferramenta para esse coletivo, tendo se tornado um hábito institucional, sendo uma forte característica dessa dinâmica pedagógica.

Assim, buscando não repetir os equívocos da avaliação institucional convencional, muitas vezes atreladas aos interesses neoliberais para a educação, para sua autoavaliação institucional, a Efac optou por uma perspectiva metodológica participativa, integrando para isso metodologias qualitativas e quantitativas, tendo em vista que essa combinação permite “recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”, como assevera Fonseca (2002, p. 20).



A base metodológica qualitativa, segundo Minayo (2002, p. 21-22):

[...] trata-se de uma atividade da ciência, que visa à construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, a escolha dessa perspectiva está fundada na percepção de que ela se apresenta mais próxima dos princípios e interesses dos Ceffas, pois “[...] a pesquisa qualitativa trabalha geralmente com pessoas e com suas criações e estes sujeitos de pesquisa devem ser compreendidos como atores sociais, respeitados em suas opiniões, crenças e valores” (Guerra, 2014, p. 17).

Para o desenvolvimento desse programa, procurou-se estabelecer uma estrutura de raciocínio implícito ao PAI que propicie outras formas de pensar e agir na construção do conhecimento e na ação concreta. Nesse sentido, para Thiollent (2011, p. 35):

A pesquisa não perde a sua legitimidade científica pelo fato dela estar em condição de incorporar raciocínios imprecisos, dialógicos ou argumentativos acerca de problemas relevantes. [...] processar a informação e o conhecimento obtidos em situações interativas não constitui, em si mesmo, uma infração contra a ciência social.

Na dimensão qualitativa, dentre os vários métodos possíveis, encontra-se na pesquisa-ação a possibilidade de desenvolver o trabalho de maneira participativa, mantendo coerência com a prática cotidiana e com as expectativas dos sujeitos interessados no desenvolvimento desse trabalho.

Buscando definir a pesquisa-ação, Thiollent (2011, p. 20) nos esclarece que ela é:

Um tipo de pesquisa social concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação da realidade a ser investigada estão envolvidos de modo cooperativo e participativo.

Com base em Oliveira Júnior (2019, p. 22) a pesquisa-ação, como método, “não se propõe a ser único e completamente suficiente, pelo contrário, o pesquisador pode e deve lançar mão de outros métodos e técnicas de pesquisa social. [...] Para evitar erros e/ou distorções é importante não perder de vista as diretrizes do método principal”. A figura abaixo demonstra as principais etapas da pesquisa-ação na EFAC.

**Figura 01 – Etapas da pesquisa-ação na Efac**

Fonte: Adaptado de Oliveira Júnior, 2019, s.p.

Assim, além da pesquisa-ação, adota-se ainda, na perspectiva da pesquisa qualitativa, a observação participante na pesquisa de campo, que consiste em:

[...] um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de compreender o contexto da pesquisa. Por isso, o observador faz parte do contexto sob sua observação e, sem dúvida, modifica esse contexto, pois interfere nele, assim como é modificado pessoalmente (Minayo, 2013, p. 70).

A utilização dessa metodologia, se justifica, uma vez que não há agentes externos promovendo esse trabalho, todas as atividades serão realizadas pela comunidade escolar, afinal se trata de uma autoavaliação, dessa forma, fica claro que os envolvidos, naturalmente, podem ser considerados como observadores participantes naturais.

Diante da complexidade das variáveis que se pretende atingir, torna-se necessária uma abordagem de avaliação para além das métricas dos testes, indicadores numéricos, entre tantos instrumentos convencionais, que buscam uma interpretação apenas matemática de variáveis próprias do meio educacional. Por isso,



o PAI procura estabelecer uma dinâmica de construção comprometida com o seu constituinte estrutural, sendo a “alma” do seu existir, embora considere também os indicadores oficiais.

Como a produção coletiva é o principal foco do trabalho da escola, é notável a viabilidade da análise documental como método de pesquisa, visto que documentos “não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (Ludke; André, 1986, p. 39).

Também será adotada a pesquisa bibliográfica, buscando referencial teórico que ajude a compreender o sentido da autoavaliação institucional, como favorecer o entendimento e análise das dez dimensões avaliadas nesse período. Além disso, serão consultados documentos produzidos pela própria escola, como atas dos conselhos de classe, assembleias e reuniões da Associação de Estudantes da Escola Família Agrícola de Chapadinha (Aeefac), Associação Promocional da Escola Família Agrícola de Chapadinha (Apefac), dos educadores/as, os relatórios dos encontros de formação e de atividades realizadas pela escola, os dados das fichas de matrículas, sistema de escrituração e de gestão escolar; os resultados do Programa de Avaliação Básica do Espírito Santo (Paebes) e Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

Para além da pesquisa documental, será realizado debate coletivo com os representantes dos diversos seguimentos da comunidade escolar, a saber: estudantes, famílias, educadores/as, colaboradores/as, poder público municipal, sociedade civil organizada etc. Esse debate será realizado com o intuito de encontrar os elementos que vão compor a autoavaliação institucional da Efac.

#### **4.2. Estrutura geral da autoavaliação da Efac**

A Efac desenvolveu o seu PAI tendo em vista os pressupostos teóricos que fundamentam esse instrumento numa perspectiva dialética e participativa, como vimos anteriormente, integrando-os à concepção de avaliação para a Pedagogia da Alternância, como poderá ser observado em maiores detalhes no decorrer desse trabalho. Ele é o resultado da experiência acumulada no período anterior (PAI 2016-2020 e PAI 2021-2025) e do debate com a comunidade escolar, buscando sempre alcançar melhores índices de qualidade, transparência institucional e atendimento aos dispositivos legais.

O PAI, com base em Brandalise (2010) e Espírito Santo (2019), está estruturado em três fases: a) preparação, b) desenvolvimento e c) consolidação. A fase de preparação compreende as atividades que antecedem o desenvolvimento propriamente dito da autoavaliação institucional.

Uma vez planejados os trabalhos, terá início a etapa do desenvolvimento da autoavaliação institucional, que consiste, para Espírito Santo (2019, s.p), “na organização do PAI”. Ela será composta pelas seguintes etapas gerais: elaboração, discussão, testagem e aplicação dos instrumentos de coleta de informações, apuração e organização dos dados coletados, discussão coletiva dos dados coletados com a comunidade escolar, ou seja, nessa fase é onde ocorrerá propriamente a avaliação institucional, através da efetiva implantação do PAI.

Por fim, teremos a fase da síntese ou consolidação da autoavaliação, que compreende a sistematização de todas as informações levantadas ao longo do ano letivo, em relação às dez dimensões avaliadas no âmbito desse instrumento. Ela terá as seguintes etapas básicas: revisão e ajustes no processo avaliativo; elaboração de relatórios conclusivos, anuais e quinquenais; discussão sobre o uso dos resultados, com encaminhamentos de ação; publicação e divulgação do relatório final. Alcançando essa fase, procede-se ainda a integração com o PDI, possibilitando verificar eventuais ajustes nesse instrumento. A figura abaixo, demonstra, de modo geral, o ciclo anual e quinquenal do PAI na Efac e sua integração com o PDI.

**Figura 02** – Ciclo de autoavaliação anual e quinquenal da Efac e sua integração com o PDI



Fonte: elaborado pela comissão de AI.

O PAI será desenvolvido ao longo de cada ano, articulado pela comissão de AI, em estreito diálogo com os gestores da escola. O quadro abaixo apresenta as etapas básicas para a operacionalização da autoavaliação institucional na Efac (maiores detalhes poderão ser encontrados no capítulo seguinte).

**Quadro 01** - Etapas básicas para a operacionalização da autoavaliação institucional na Efac

<b>Atividade</b>	<b>Orientação/conteúdo</b>	<b>Instância da EFAC</b>	<b>Quem</b>
Sensibilização da comunidade escolar	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Dialogar com a comunidade escolar sobre a importância do PAI e do PDI para o desenvolvimento da escola, apresentando:</li> <li>- O PAI e o PDI;</li> <li>- A importância da participação dos segmentos da comunidade escolar;</li> <li>- O cronograma anual.</li> <li>* Realizar essa ação sempre que possível e necessário.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reunião do conselho Administrativo/comissão de AI e PDI;</li> <li>- Assembleias da Apefac e Aeefac;</li> <li>- Encontros de formação das famílias, estudantes e educadores/as;</li> </ul>	Coordenação da comissão de AI.
Estabelecer comissão própria de autoavaliação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Compor comissão, definindo os representantes de cada comissão:</li> <li>. Os estudantes definem antes, em suas assembleias e indicam os nomes para a Apefac incluir na comissão;</li> <li>. Os educadores/as também dialogam antes da assembleia sobre seus representantes, mas em geral, são os coordenadores do setor administrativo, pedagógico e de curso;</li> <li>. Os colaboradores/as, em reunião própria, definem seus representantes e indicam para Apefac;</li> <li>. Convidar as organizações da sociedade civil para compor comissão, enviando convite para cada uma delas;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assembleia da Apefac;</li> <li>- Assembleia da Aeefac;</li> <li>- Reunião da equipe;</li> <li>- Reunião dos colaboradores/as;</li> <li>- Reuniões com as organizações;</li> </ul>	Coordenação da comissão de AI, coordenação geral da Efac e diretoria da Apefac

Elaborar PAI	Com base na Resolução Nº3.777/2014 CEE-ES, orientações da SRE e Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (Mepes), construir o PAI para o período de cinco anos.	- Comissão de AI, a cada cinco anos.	Coordenação da comissão de AI, coordenação geral da Efac e diretoria da Apefac.
Aprovação do PAI	- Apresentar o PAI no conselho administrativo, assembleia da Aefac e Apefac; - Formalizar o PAI junto ao CEE-ES.	- Assembleia da Apefac;  -SRE de Nova Venécia.	Coordenação da comissão de AI, coordenação geral da Efac e diretoria da Apefac.
Divulgação interna e externa do PAI	Apresentar objetivos e metodologia do instrumento, como os segmentos que participam do processo.	- Reunião do conselho Administrativo/comissão de AI e PDI; - Assembleias da Apefac e Aefac; - Encontros de formação das famílias, estudantes e educadores/as; - Canais de comunicação da Efac	- Coordenação da comissão de AI.
Coleta de dados	- Documental	- Arquivos da escola; - Sistema de gestão; - Sistema de escrituração.	- Coordenação da comissão de AI.
	- Segmentos comunidade escolar.	- Encontros do conselho/comissão de AI e assembleias.	Coordenação da comissão de AI.
Pré-avaliação	- Apresentar os dados sistematizados na matriz no apêndice A; - Debater as informações com o conselho/comissão; - Elaborar síntese do debate.	- Encontros do conselho/comissão de AI.	- Coordenação da comissão de AI.
Avaliação	- Apresentar os dados sistematizados no apêndice B, com os acréscimos da reunião do conselho/comissão; - Debater as informações com a assembleia;	- Assembleias.	- Coordenação da comissão de AI e diretoria da Apefac.



	- Elaborar síntese do debate.		
Relatório anual	- A partir da avaliação da assembleia, gerar relatório anual da autoavaliação institucional, com gráficos e/ou tabelas, contemplando as dez dimensões e caracterizando os aspectos: diagnóstico da realidade, potencialidades, fragilidades e propostas de soluções.	- Reunião da coordenação de AI.	- Coordenação da comissão de AI.
Divulgação resultados	- Apresentar os resultados entre os colaboradores internos e a comunidade escolar.	- Encontros, reuniões e canais de comunicação da escola.	- Coordenação da comissão de AI e coordenação geral da Efac
Adequações no PDI e PAI	- A partir da autoavaliação institucional, implementar as sugestões para programas e ações de melhoria a serem contemplados no PDI; - Realizar ajustes no PAI;	- Reuniões da comissão de AI e assembleias.	- Coordenação da comissão de AI e coordenação geral da Efac

Fonte: elaborado pela comissão de AI.

## 5. Operacionalização da autoavaliação

O desenvolvimento da autoavaliação terá dois ciclos básicos, sendo um quinquenal e outro anual. O primeiro está relacionado aos anos em que se faz necessário encerrar e iniciar novo ciclo avaliativo e com base na Resolução Nº 3.777/2014, que acontece a cada cinco anos. Nesses anos, esse instrumento assume maior intensidade na escola, pois, ao mesmo tempo que se faz a análise e sistematização do quinquênio, também segue sendo realizada a avaliação anual e a elaboração do novo PAI, em consonância com o PDI. Já o ciclo anual, consiste no desenvolvimento do PAI no decorrer de cada ano letivo, possibilitando constante monitoramento, ajustes no PDI e a análise da instituição ao final do período.

Buscando detalhar o desenvolvimento desses processos, organizou-se esta seção em duas partes. A primeira delas trata do processo de mobilização e constituição da comissão de autoavaliação institucional. Na segunda, estão caracterizadas as dimensões avaliadas no âmbito desse PAI.

### **5.1. Mobilização da comunidade escolar e constituição da comissão própria de autoavaliação institucional**

O CEE-ES, por meio da Resolução Nº 3.777/2014, orienta que as escolas estabeleçam comissão própria para gerir a autoavaliação da instituição, devendo essa possuir representação dos diversos segmentos da comunidade escolar.

Para alcançar a amplitude de segmentos que compõem a comunidade escolar da Efac, será adotada, com base nos pressupostos da pesquisa-ação, a técnica de seminários (reuniões), que “reúne os principais membros da equipe de pesquisadores e membros significativos dos implicados no problema sob observação. O papel do seminário consiste em examinar, discutir e tomar decisões acerca do processo de investigação” (Thiollent, 2011, p. 67). No âmbito do PAI, esse coletivo corresponde e será denominado de Comissão Própria de Autoavaliação Institucional da Efac, cuja função é criar orientações, articular, sistematizar e divulgar o PAI, bem como os resultados alcançados em seu âmbito.

O grupo de pessoas que participará dessa comissão será definido com base no critério qualitativo, trabalhando com amostras intencionais que,

Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas apresentam em relação a um determinado assunto. Esse princípio é sistematicamente aplicado em pesquisa-ação. Pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada” (Thiollent, 2011, p. 71).

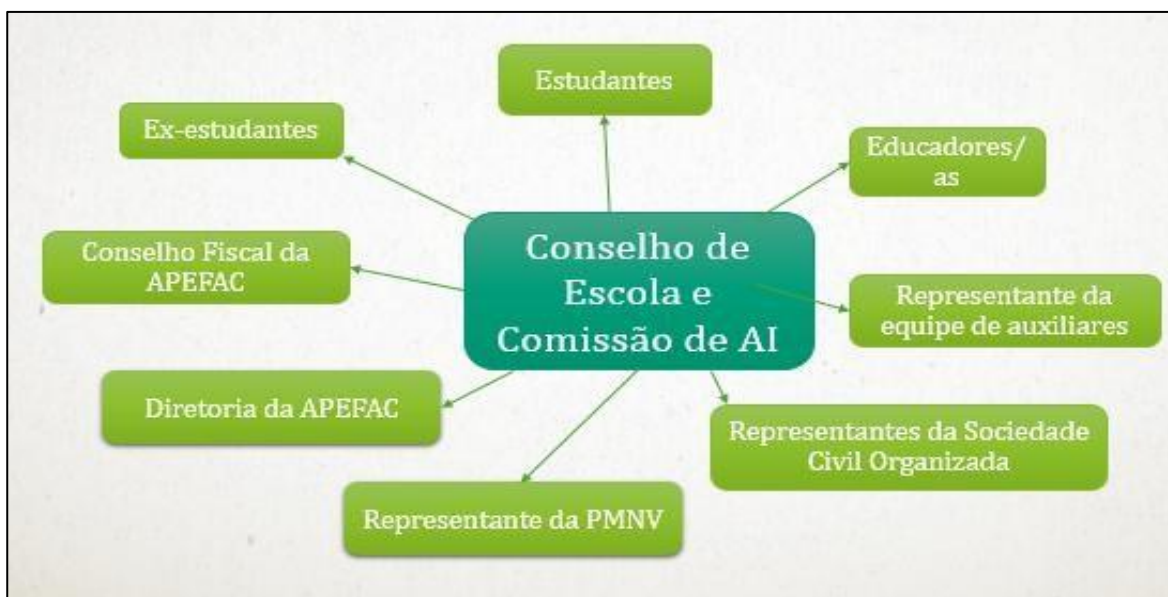
Analisando as possibilidades para composição da comissão, verificou-se que o espaço do conselho administrativo é a instância que atende ao critério anteriormente apresentado e ao exigido pela lei, pois, sendo um espaço de representação, as pessoas que ali se encontram foram eleitas pelos segmentos da comunidade escolar que fazem parte, tendo, portanto, amparo do segmento que representa ao mesmo tempo em que contempla todas as categorias desse coletivo.

Assim, ao invés de criar outras comissões e instâncias, a Efac, buscando valorizar e otimizar sua estrutura organizativa, ao mesmo tempo atender às exigências legais, estabeleceu para o período de 2026 – 2030, que o seu conselho administrativo, também exercerá a função de comissão de autoavaliação e de elaboração do PDI. Essa decisão está baseada na compreensão da relação integrativa que existe entre esses dois instrumentos de gestão escolar, que, aliados às funções e amplitude de representação do conselho administrativo, esse espaço se caracteriza como a

instância mais adequada para fomentar e gerir tais mecanismos, sendo um espaço democrático, rico de diálogos, possibilitando o fortalecimento da escola.

Dessa maneira, o conselho administrativo será o principal espaço para o levantamento, debate e sistematização dos dados coletados, seguido pelo espaço da assembleia da Apefac. A figura abaixo, ajuda a compreender a abrangência da comissão de AI e sua relação com o conselho da escola.

**Figura 03** – Conselho de Escola e Comissão de AI



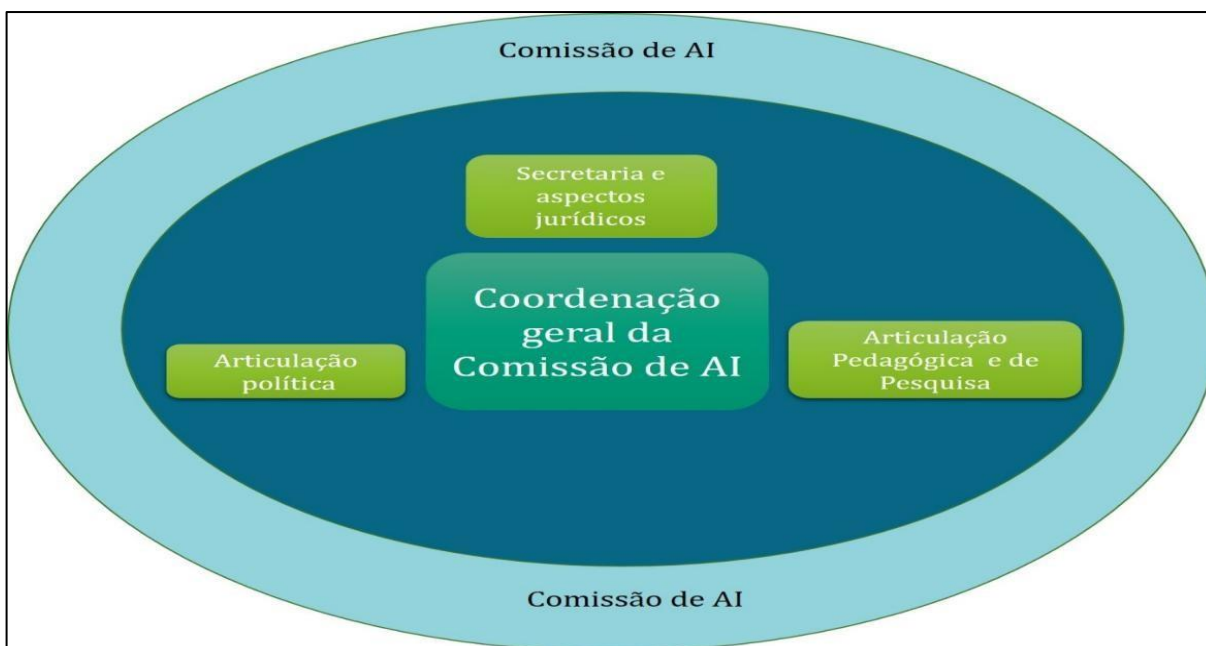
Fonte: elaborado pela comissão de AI.

Com essa organização, além de deixar mais evidente a comissão de AI na estrutura administrativa da Efac, ela também sistematiza melhor o seu trabalho, definindo inclusive a vigência da representação nessa comissão, que deve ser renovada a cada dois anos, com base nas eleições que elegem as representações das famílias e estudantes. As demais representações podem ser alteradas a qualquer tempo, conforme necessidade das organizações da sociedade civil organizada, poder público municipal, ex-estudantes e até mesmo educadores/as da escola.

A função da comissão de AI é principalmente orientar e articular o desenvolvimento do PAI. Para tanto, especificamente com base em Brandalise (2010), ela deverá: a) elaborar uma proposta de avaliação preliminar para a escola; b) discutir essa proposta com a comunidade escolar; c) articular a autoavaliação da escola, sistematizando o debatido com a comunidade escolar.

A comissão de AI, dentro do conselho administrativo da escola, será estruturada em três abrangências principais: articulação política, secretaria e aspectos jurídicos, articulação pedagógica e de pesquisa, formando uma coordenação colegiada, exercida pelo articulador de cada uma dessas abrangências, sendo o articulador/a político o coordenador da comissão de AI. A figura abaixo ajuda a compreender melhor essa estruturação.

**Figura 04** – Estrutura da comissão de AI



Fonte: elaborado pela comissão de AI.

A função da coordenação geral da comissão de AI é articular o encontro desse grupo, apresentando pauta e metodologia para o trabalho. A secretaria e aspectos jurídicos, por sua vez, cuidam do registro dos debates nas reuniões, arquivando-os adequadamente, como toda a parte de sistematização das informações relativas à autoavaliação. Ela também será responsável pelas orientações e consultas jurídicas necessárias à condução desse programa. A articulação pedagógica e de pesquisa, fica responsável pelo levantamento e sistematização dos dados da autoavaliação, como também dos procedimentos metodológicos.

A composição dessas abrangências envolverá os membros que compõem o conselho administrativo/comissão de AI, como também poderão ser convidados/as outras pessoas que possam contribuir com esse trabalho para ajudar no processo de avaliação e desenvolvimento institucional.



Para compor a comissão, na fase de preparação do PAI, a coordenação geral da Efac, juntamente com a diretoria da Apefac, promoverá a sensibilização da comunidade escolar, justificando a necessidade do PAI, seus objetivos, procedimentos metodológicos e cronograma, buscando, dessa forma, promover a formação do coletivo, estimular a participação nesse processo e eleger os membros que participarão da comissão de AI.

A assembleia da Apefac será o espaço formal para constituir a comissão, sendo a mobilização realizada em todas as oportunidades possíveis, mas principalmente através da própria assembleia das famílias e estudantes, dos encontros de formação, reuniões de educadores/as, colaboradores/as e conselhos de classe e da escola.

Uma vez definida a comissão, ela deverá elaborar uma pré-proposta para a autoavaliação e apresentá-la para a assembleia da Apefac, que procederá ao debate e aprovação da mesma. Assim, uma vez estabelecido o PAI para o período de cinco anos, a comissão de AI fica responsável por articular sua aplicação, ou seja, além de manter constante sensibilização da comunidade escolar, pois tendo em vista as constantes mudanças que ocorrem na escola em virtude do ingresso e conclusão de turmas, em relação a esse instrumento, ela precisará aplicar os instrumentos de coleta de dados e sistematização das informações.

## **5.2. As dimensões avaliadas no programa de autoavaliação institucional**

No âmbito do PAI, a Efac, atendendo ao estabelecido na Resolução Nº 3.777/2014 CEE-ES, adotará as dez dimensões para serem avaliadas. Com base em Brandalise (2010, p. 324), as dimensões “são os pontos de abrangência que deverão ser avaliados, as grandes áreas da avaliação. Elas podem abranger aspectos administrativos, pedagógicos, físicos e estruturais, relacionais.” Para facilitar o desenvolvimento da avaliação, ela esclarece, ainda, que as dimensões podem ser divididas em categorias de análise ou subdimensões e, estas em indicadores.

As dimensões consideradas são: 1. Articulação entre o PAI e o PDI; 2. O ensino e os processos didáticos e pedagógicos 3. Planejamento e avaliação; 4. Responsabilidade social da instituição; 5. Comunicação e Integração com a sociedade; 6. Políticas de Recursos Humanos; 7. A Organização e a gestão da



instituição; 8. Infraestrutura; 9. Política de atendimento aos estudantes; 10. Sustentabilidade Financeira.

As dimensões serão agrupadas em cinco eixos, conforme sugerido por Galvão (2016), facilitando a sistematização e análise das informações, por apresentarem sobre o mesmo eixo as dimensões que possuem maior integração entre elas. O quadro abaixo apresenta o agrupamento das dimensões por eixo.

#### **Quadro 02 - Agrupamento das dimensões por eixo**

<b>Eixo 1: Associativo</b>	Dimensão 1	Articulação entre o PAI e o PDI
	Dimensão 3	Planejamento e Avaliação
	Dimensão 9	Política de atendimento aos estudantes
<b>Eixo 2: Pedagógico</b>	Dimensão 2	O ensino e os processos didáticos e pedagógicos
<b>Eixo 3: Administrativo</b>	Dimensão 6	Políticas de Recursos Humanos
	Dimensão 7	A Organização e a gestão da instituição
	Dimensão 8	Infraestrutura
<b>Eixo 4: Econômico-Financeiro</b>	Dimensão 10	Sustentabilidade Financeira
<b>Eixo 5: Político</b>	Dimensão 4	Responsabilidade social da instituição
	Dimensão 5	Comunicação e Integração com a sociedade

Fonte: elaborado pela comissão de AI.

Essas dimensões por sua vez foram subdivididas em categorias e no capítulo seguinte podem ser observados os aspectos que serão avaliados em cada uma das dimensões, como seus objetivos e fontes de informação.

## **6. Instrumentos da autoavaliação institucional**

Os instrumentos da autoavaliação institucional foram construídos buscando possibilitar a avaliação específica de todas as dimensões previstas no PDI e no PAI. Para esclarecer sobre eles, organizou-se esse capítulo em duas partes: na primeira, apresentam-se as ferramentas e procedimentos metodológicos da pesquisa documental e com os segmentos da comunidade escolar, enquanto na segunda, estão descritos os processos relativos à sistematização final das informações.

## 6.1. Instrumentos e procedimentos metodológicos

A coleta de dados, como já vimos, será feita em documentos e por meio do debate com a comunidade escolar, através das instâncias de gestão e participação coletiva.

A pesquisa documental será feita ao longo de cada ano letivo, com a consulta a documentos da escola, como atas das reuniões e assembleias da Apefac, Aeefac, da equipe de educadores/as, colaboradores/as, setores de trabalho, conselho de classe, sistema de escrituração e gestão escolar, relatório anual de atividades da Efac e outras fontes que poderão ser encontradas ao longo do desenvolvimento desse processo.

Esse levantamento documental será realizado pela coordenação da comissão de AI, com colaboração de seus membros, desempenhando sua função de pesquisa e sistematização, e será utilizado para compor uma matriz, como veremos mais adiante, que será utilizada para guiar o debate com os segmentos da escola, e as demais serão apresentadas no relatório anual de autoavaliação institucional.

A outra parte das informações será originada por meio do debate coletivo na abrangência do conselho administrativo/comissão de AI e assembleia da Apefac, envolvendo a comunidade escolar. Para Thiollent (2011), esse tipo de metodologia é possível ser aplicada para grupos que estejam comprovadamente comprometidos com o desenvolvimento da instituição, contribuindo através do debate da situação problema, construir alternativas, fortalecendo esse coletivo.

Assim, por meio da pesquisa-ação, será possível identificar e discutir os desafios. Ao fazer isso, ao mesmo tempo que se encontram possibilidades de soluções para as questões, promove-se a formação da comunidade escolar, fortalecendo a integração e o sentimento de pertença desse coletivo, aproximando a escola do desenvolvimento almejado.

Para manter a animação das pessoas, a comissão de AI desenvolverá em todas as oportunidades a sensibilização do grupo e da comunidade escolar em relação à autoavaliação, mantendo o coletivo informado do andamento das ações.

O instrumento que possibilitará o levantamento das informações consiste em uma matriz (ver apêndice A) que sistematiza cada uma das dez dimensões avaliadas no PAI e será utilizada como referencial para os diálogos nos espaços de coleta de dados. Esse instrumento foi desenvolvido com base na prática da Efac de proceder à



avaliação por meio de trabalhos de grupo e debate aberto na plenária, possibilitando o direito à livre manifestação dos participantes, mas adotando a referida matriz para guiar a conversa, sem, no entanto, fechar os tópicos do debate.

Para tanto, a coordenação de AI, ao longo do ano letivo, por meio da pesquisa documental e acompanhamento do desenvolvimento do PDI, irá preenchendo a matriz, anotando as metas alcançadas, as eventualmente não alcançadas e os motivos que impediram essa concretização. A expectativa é que, ao final do ano, todo o planejamento anual terá sido apreciado e o alcance estará apresentado na matriz.

Essa produção será apresentada na segunda reunião do conselho administrativo/comissão AI, realizada no final do ano e antes da assembleia da Apefac. Nessa oportunidade, a coordenação geral da AI estimulará o debate coletivo sobre as dimensões previstas no PAI. Para subsidiar esse debate, a comissão apresentará, em relação a cada uma delas, as ações realizadas e as ações não realizadas, como as dificuldades que levaram a isso. Na sequência, a comissão de AI procede à análise desse balanço, ajudando a compreender as causas, consequências dessa situação, bem como as alternativas possíveis e os meios para alcançá-las, preenchendo as demais colunas da matriz. Ao final do debate de todas as dimensões, teremos a pré-avaliação da escola e os indicativos para o planejamento do ano seguinte.

Essa pré-avaliação será apresentada na assembleia final da Apefac, instância máxima de deliberação da escola. Nesse espaço mais amplo de participação, a assembleia aprofunda a avaliação, fazendo as problematizações e proposições que julgarem necessárias.

Dessa maneira, todas as propostas constantes do PDI são avaliadas por meio de instrumentos específicos e envolvem a participação dos docentes, dos técnico-administrativos, estudantes, representantes das famílias e de outros segmentos da comunidade.

Ressaltamos que, ainda é, para essa comunidade escolar, muito estranho a utilização de questionários e entrevistas individuais, pois particularizam o debate e a responsabilidade sobre a escola. Por meio do processo coletivo e presencial, também é possível apresentar informações que não podem ser socializadas por meio de questionários, permitindo que os participantes conheçam mais a escola e aprofundem o debate, ampliando a transparência na gestão escolar.



Além disso, o processo participativo estimula a responsabilidade coletiva pela escola, fortalecendo o sentimento de pertencimento entre os participantes para com a instituição, contribuindo ainda para a formação dessas pessoas.

Destacamos ainda que, muitas vezes, o uso de metodologias que envolvem consultas individuais dificulta a tomada de decisões, uma vez que no debate coletivo, à medida que os desafios ou visões dicotômicas aparecem, nesse mesmo espaço, pode-se proceder à discussão e superá-las. Ademais, tendo em vista que a escola não para por estar sendo realizada esse tipo de avaliação, é importante a adoção de instrumentos que possam realmente ser operacionalizados pela instituição, sendo muito importante, como adverti Brandalise (2010), que os instrumentos de coleta de dados sejam escolhidos de maneira a não gerar constrangimento aos envolvidos no processo e não prejudicar as atividades cotidianas da escola, sendo necessária a descrição profissionalismo da comissão de AI para conduzir esse trabalho.

A matriz desenvolvida possibilita atender à experiência histórica adotada pela escola, sendo bastante efetiva para cumprir a necessidade de autoavaliação da Efac.

Acredita-se que a metodologia possibilitará alcançar os objetivos da autoavaliação, ao mesmo tempo que otimiza o trabalho da comissão e potencializa o debate com os segmentos da comunidade escolar, que, acessando uma sistematização prévia elaborada pela coordenação, poderá focar em discutir os aspectos não alcançados, não satisfatórios, que na realidade se traduzem nos desafios a serem superados para a instituição alcançar o estabelecido em seu perfil institucional (filosofia, missão e visão), que consiste no desenvolvimento institucional propriamente. Buscando tornar mais evidente esse processo de autoavaliação, foi elaborado quadro com o detalhamento dos aspectos avaliados em cada uma das dimensões (ver apêndice B). Além disso, foi estabelecido um roteiro geral para elaboração do relatório anual do PAI da Efac (ver apêndice C).

## **6.2. Sistematização das informações ou etapa de consolidação**

Para o tratamento dos dados na perspectiva da pesquisa qualitativa, a proposta é utilizar o método de análise dialética. “Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor ser compreendida. Essa compreensão tem,



como ponto de partida, o interior da fala. E, como ponto de chegada, o campo da especificidade histórica e totalizante que produz a fala” (Minayo, 2002, p.77).

Acompanhando o sugerido por Brandalise (2010), as informações quantitativas passarão por tratamento estatístico, enquanto as qualitativas, serão apresentadas no relatório, na forma de descrição. Para tanto, após serem levantadas, essas informações passarão por uma análise previa, ainda no âmbito da coordenação da comissão de AI, organizando os dados brutos. Feito essa primeira sistematização das informações coletadas, elas serão analisadas e sistematizadas por meio de gráficos, quadros, tabelas, mapas conceituais e textos etc.

Essa sistematização, como visto anteriormente, será apresentada no conselho administrativo/comissão de AI, gerando a pré-avaliação ou resultados preliminares. Após as adequações sugeridas pela assembleia, a comissão de AI, realiza a revisão e ajustes nos processos avaliativos, elabora o relatório final e divulga os resultados do referido ano letivo.

## **7. Resultados da autoavaliação**

Os dados coletados e devidamente sistematizados, irão compor o relatório anual de autoavaliação da Efac, sendo disponibilizado para a consulta pública. Além disso, as informações serão divulgadas à comunidade escolar por meio dos canais de comunicação da escola.

Ao cumprir as etapas do PAI, a Efac terá ao final do ano a sua autoavaliação institucional sistematizada e, ao final dos cinco anos, poderá ter uma visão do seu desenvolvimento no período. Assim, faz-se necessário que os gestores da escola possibilitem que essas informações sejam utilizadas para servirem de base para promover ajustes, alterações no planejamento da escola, favorecendo o cumprimento dos objetivos da instituição e promovendo o seu desenvolvimento.

Compreendendo que avaliação e planejamento são instrumentos dialéticos, que se integram, a Efac, também estabeleceu uma comissão para elaborar o seu PDI, localizada no âmbito do conselho administrativo. Assim, ao se dedicar a promover a avaliação, esse mesmo fórum estará se preparando para planejá-la, sendo o espaço mais qualificado para fomentar essa construção.

Dessa maneira, a escola alcança forte integração em relação a esses instrumentos e às pessoas que os gerenciam, envolvendo a comunidade escolar na

avaliação e no planejamento, alcançando a perspectiva da autoavaliação institucional apontada por Brandalise (2010, p. 327) e adotada pela Efac como referencial do seu PAI.

A autoavaliação da escola é um processo necessário para compreender a dinâmica institucional, que pode e deve ser útil para a escola, desde que não se traduza apenas na identificação de pontos fortes e de fragilidades, mas também na elaboração de recomendações que deverão ser consideradas na proposição de melhorias qualitativas para a instituição. Trata-se da utilização dos resultados para a elaboração dos planos de ação para o desenvolvimento da escola. É, portanto, na mobilização dos resultados, que reside a utilidade da autoavaliação.

Dessa maneira, os responsáveis pela gestão da escola terão elementos para ajustar o planejamento institucional, aumentando as possibilidades de alcançar o seu autodesenvolvimento, fortalecendo a instituição e, naturalmente, toda a comunidade escolar que a integra.

### 7.1. Cronograma

O cronograma abaixo sistematiza as etapas do PAI demonstrando as atividades anuais e quinquenais.

**Quadro 03 – Etapas do PAI**

Etapa	Ação	2026											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Preparação	Sensibilização da comunidade		X	X				X					X
	Constituição da comissão interna*			X									
	Elaboração do PAI			X	X	X	X	X					
	Formalização no CEE-ES							X					
Etapa	Ação	2027, 2028, 2029, 2030											
		J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
Preparação	Sensibilização da comunidade		X	X				X					X
	Constituição da comissão interna*												
Implantação	Planejamento das ações do PAI para o ano	X	X										
	Socialização do planejamento para a comunidade escolar			X									
	Pesquisa documental				X	X	X	X	X	X			
	Coleta de dados no conselho administrativo											X	



## 8. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. Avaliação institucional: ferramenta para a tomada de decisão. Curitiba, PR: IESDE, 2009. Disponível em: <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24040.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. 2020.

ARAÚJO, Maria Cristina Munhoz. Avaliação institucional: ferramenta para a tomada de decisão. Curitiba, PR: IESDE, 2009. Disponível em: <<http://www2.videolivrraria.com.br/pdfs/24040.pdf>>. Acesso em: 25 de jan. 2020.

BRANDALISE, T. Avaliação institucional na escola pública : os ( des ) caminhos de uma política educacional institucional. Educar em Revista, v. n.1, p. 55–74, 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/41446/26414>>. Acesso em: 20 de jan. 2020.

BRANDALISE, T. Avaliação institucional da escola: conceitos, contextos e práticas. Olhar de Professor, v. 13, n. 2, p. 317–332, 28 dez. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/3220>>. Acesso em: 15 de jan. 2020.

CALDART, R. S. Por uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. In M. G. Arroyo; R. S. Caldart& M. C. Molina (orgs), Por uma educação do campo. Petrópolis: Vozes. 2004. p. 147160.

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação. Resolução CEE-ES Nº 3.777 de 20 de outubro de 2014. Estabelece as normas para funcionamento do sistema de ensino do Estado do Espírito Santo. Vitória, 20 out. 2014. Disponível em:< <https://cee.es.gov.br/Media/cee/Leis/Resolucoes/res3777.pdf>>. Acesso em 05 de fev. de 2025.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 184 p.

GALVÃO, A. A. A. Plano de Desenvolvimento Institucional: uma proposta para elaboração e acompanhamento pelos Institutos Federais. [s.l.] Universidade Federal de Brasília, 2016. Disponível em:< <https://repositorio.unb.br/handle/10482/20967>>. Acesso em 05 de fev. de 2024.

GUERRA, E. L. DE A. Pesquisa qualitativa em administração. 1. ed. Belo Horizonte: Grupo Ânima Educação, 2014. v. 1 Disponível em:< [https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/Pós\\_Gestão\\_Escolar/Legislação\\_e\\_Políticas\\_Públicas/Manual\\_de\\_Pesquisa\\_Qualitativa.pdf](https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/Pós_Gestão_Escolar/Legislação_e_Políticas_Públicas/Manual_de_Pesquisa_Qualitativa.pdf)>. Acesso em 02 de fev. de 2024.

LÜCK, H. Perspectivas da avaliação institucional da escola. Rio de janeiro: ed. Vozes. 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.



LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem na escola – reelaborando conceitos e recriando a prática. Salvador: Malabares Comunicação e Eventos, 2003.

MINAYO, M. C. DE S.; DESLANDES, S. F.; NETO, O. C; GOMES, R. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA JÚNIOR, C. E. A Pedagogia da Alternância e a construção do conhecimento agroecológico no norte do estado do Espírito Santo: desafios e possibilidades. 2019, 2751f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2019.

SANTOS, C. R. J. DOS. Os Desafios da Escola Pública Paranaense - Na Perspectiva do Professor. Secretaria ed. Curitiba: Secretaria de Estado de Educação do Paraná, 2013. v. 1. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3023>>. Acesso em 24 de mar. de 2024.

THIOLLENT, M. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 136p.

WILLMS, N. T. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL : UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO. [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/eae/article/view/3023>>. Acesso em 24 de jan. de 2024.



**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**

CNPJ 27.097.229/0001-42 E-MAIL: [mepes@mepes.org.br](mailto:mepes@mepes.org.br)  
Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº94083 de 10 de março de 1987 - Processo nº MJ - 31093/71  
R. Costa Pereira, 129 - Fone/Fax (028) 3536-1151 - Cx. Postal 35 - Cep.: 29230-000 - Anchieta - ES - Brasil



**ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA - EFAC**

## 9. APÊNDICE



**MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO PROMOCIONAL DO ESPÍRITO SANTO**

CNPJ 27.097.229/0001-42 E-MAIL: [mepes@mepes.org.br](mailto:mepes@mepes.org.br)  
Reconhecimento de Utilidade Pública pelo Decreto Federal nº94083 de 10 de março de 1987 - Processo nº MJ - 31093/71  
R. Costa Pereira, 129 - Fone/Fax (028) 3536-1151 - Cx. Postal 35 - Cep.: 29230-000 - Anchieta - ES - Brasil



**ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA - EFAC**

### 9.1. APÊNDICE A – Matriz utilizada pela comissão de AI para sistematizar a realização das metas e opiniões dos segmentos escolares.

Eixos	Dimensões avaliadas	Objetivo da avaliação	Categoria	Avanços	Desafios	Alternativas
Associativismo	Dimensão 1: Articulação entre o PAI e o PDI.	Avaliar se as atividades propostas no PDI estão em consonância com a missão da instituição.	1.1. Relação entre as metas e as ações institucionais previstas no PDI.			
			1.2. Articulação entre o PDI e o processo de autoavaliação institucional.			
	Dimensão 3: Planejamento e avaliação.	Avaliar a sintonia entre os métodos de planejamento e de avaliação, bem como o nível de realização das atividades planejadas.	3.1. Relação da instituição escolar com a sociedade.			
			3.2. Inclusão social.			
			3.3. Defesa do meio ambiente, da produção técnico-científica, da produção artística e do patrimônio cultural.			
	Dimensão 9: Política de atendimento aos estudantes.	Avaliar o grau de atendimento e satisfação do estudante com o serviço prestado.	9.1. Coerência das políticas de atendimento aos estudantes com o estabelecido em documentos oficiais.			
			9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento dos estudantes.			


**ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA - EFAC**

			9.3 Condições institucionais de atendimento aos estudantes.			
			9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidade de formação continuada.			
Pedagógico	Dimensão 2: O ensino e os processos didáticos e pedagógicos	Avaliar se as práticas e métodos utilizados correspondem às políticas e diretrizes pedagógicas institucionais.	2.1. Coerência da política de ensino com os documentos oficiais.			
			2.2. Curso oferecido pela instituição escolar			
			2.3. Processos didáticos e pedagógicos			
Administrativo	Dimensão 6: Políticas de Recursos Humanos.	Verificar o desempenho da instituição no âmbito da gestão, valorização e aperfeiçoamento do quadro de pessoal.	6.1. Políticas de pessoal, de carreiras, de desenvolvimento profissional e das condições de trabalho.			
			Dimensão 7: A Organização e a Gestão da Instituição	Avaliar se a dinâmica e metodologia de gestão e organização da instituição estão coerentes	7.1. Coerência entre a organização e gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.	
	7.2. Gestão institucional.					



**ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA DE CHAPADINHA - EFAC**

		com seus princípios.	7.3. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados ou conselhos.			
	Dimensão 8: Infraestrutura física.	Verificar se a infraestrutura está atendendo às necessidades básicas de funcionamento.	8.1. Infraestrutura física, especialmente a de ensino, biblioteca e convivência.			
			8.2. Instalações Gerais.			
			8.3. Biblioteca: acervo, serviço e espaço físico.			
Econômico-Financeiro	Dimensão 10: Sustentabilidade Financeira.	Avaliar a quantidade e a qualidade das parcerias para a manutenção do projeto.	10.1. Sustentabilidade financeira da instituição escolar.			
			10.2. Políticas de captação e alocação de recursos.			
			10.3. Políticas de aplicação de recursos.			
Político	Dimensão 4: Responsabilidade social da instituição	Avaliar se a instituição, por meio das parcerias, tem cumprido suas responsabilidades sociais de acordo com seu caráter filantrópico.	4.1. Relação da instituição escolar com a sociedade.			
			4.2. Inclusão social.			
			4.3. Defesa do meio ambiente, da produção técnico-científica, da produção artística e do patrimônio cultural.			

	Dimensão 5: Comunicação e Integração com a sociedade	Avaliar o desempenho da instituição em relação aos espaços de participação e no relacionamento com a comunidade e escolar.	5.1. Avaliação da comunicação interna e externa.			
--	------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------	--	--	--

## 9.2. APÊNDICE B – Indicadores e instrumentos específicos utilizados na avaliação de cada uma das dimensões.

DIMENSÃO 1 – Articulação entre o PAI e o PDI			
Objetivo geral: avaliar se o PAI está em consonância com o PDI e seu grau de desenvolvimento.			
Categoria avaliada*	Objetivo	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
1.1. Relação entre as metas e as ações institucionais previstas no PDI.	- Avaliar a materialização do perfil institucional (missão, visão, filosofia e objetivos) da Efac no contexto local e regional, através do desenvolvimento do PDI.	- Fortalecimento da identidade da Efac, no contexto local e regional; - Implementação das propostas que integram o PDI e atendimento do cronograma; - Existência de sistema de gestão que garanta os princípios da instituição, suas finalidades, objetivos e compromissos; - Consonância do PDI com as normas internas da escola;	- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, equipe docente, setores da escola, conselho administrativo, comissão de AI e PDI, assembleia, regimento escolar, PDI e PAI.
1.2. Articulação entre o PDI e o processo de	- Avaliar se a utilização dos resultados da autoavaliação está	- Relatório de autoavaliação como instrumento	- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, equipe docente,

autoavaliação institucional.	prevista de forma sistêmica, atuando como subsídios para a revisão permanente do PDI, para a promoção da melhoria contínua das ações pedagógicas, didáticas e administrativas, com vistas ao autodesenvolvimento da instituição.	de realimentação do sistema de planejamento; - Participação da comunidade escolar nas atividades pedagógicas e de gestão da escola.	setores da escola, conselho administrativo, comissão de AI e PDI, assembleia, regimento escolar, PDI e PAI.
------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------

DIMENSAO 2 – O ensino e os processos didáticos e pedagógicos			
Objetivo geral: Avaliar se as práticas e métodos utilizados correspondem às políticas e diretrizes pedagógicas institucionais.			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
2.1. Coerência da política de ensino com os documentos oficiais.	-Verificar se a política de ensino está sendo desenvolvida como proposta nos documentos oficiais.	- Pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais.	- Ata de reuniões da equipe docente e conselhos de classe e PDI. Plano de curso do ensino médio
2.2. Curso oferecido pela Instituição escolar	- Verificar se o curso está alcançando os seus objetivos e o perfil do egresso.	- Os Projetos e Programas de Extensão desenvolvidos pela escola promovem a inter e a transdisciplinariedade no tratamento das problemáticas complexas como as questões de gênero e bullying; - O Curso contempla Projetos e Programas de Extensão de	- Ata de reuniões da equipe docente e conselhos de classe e PDI. - Atividades de extensão como visita às famílias e encontro de mulheres e seus respectivos relatórios; - Plano de curso do ensino médio

		<p>Intervenção Social que resultam em conteúdos complementares para os alunos, e suas famílias.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- As atividades realizadas no Curso atendem aos referenciais mínimos de qualidade descritos pelo MEC.</li> <li>- Os conteúdos e práticas do Curso estão comprometidos com a reflexão e construção de solução para problemas sociais relevantes e a serviço dos setores menos favorecidos, em especial aos povos do campo.</li> <li>- As Políticas de ensino, pesquisa e extensão praticadas integram o PDI e são coerentes com as ações promovidas pela escola.</li> </ul>	
<p>2.3. Processos didáticos e pedagógicos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar se a concepção de educação, a metodologia de ensino e de avaliação da aprendizagem são coerentes com os princípios filosóficos declarados e expressos no plano de curso, nos regimentos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Práticas de ensino e avaliação adotadas pela escola.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ata de reuniões da equipe docente e conselhos de classe, regimento escolar e PDI.</li> </ul>

DIMENSAO 3 – Planejamento e avaliação.			
Objetivo geral: avaliar a sintonia entre os métodos de planejamento e de avaliação bem como o nível de realização das atividades planejadas.			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
3.1. Coerência do planejamento e da avaliação.	- Verificar a coerência entre o planejamento, a execução e a avaliação dos processos educacionais e administrativos com o que está explicitado no PDI.	- Os processos de planejamento e de avaliação, estão coerentes com o que está especificado no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Plano de auto avaliação institucional.	- Ata de reuniões do conselho de classe, equipe docente, diretoria da Apefac, conselho administrativo, comissão de AI/PDI, planejamento anual da escola, relatório anual de atividades da escola e PDI.
	- Avaliar a aplicação dos resultados da autoavaliação na vida escolar.	- As análises, informações e resultados da autoavaliação institucional estão acessíveis à comunidade escolar. - Implementação de ações de melhoria pedagógico-administrativas com base nos resultados da avaliação institucional.	Ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aeeefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI.
3.2. Comissão de auto avaliação.	- Avaliar o papel e o funcionamento da CPA e o seu programa de auto avaliação.	- Existência de mecanismos para comprovar a realização efetiva, modificação e revisão do PDI, incluindo a participação dos dirigentes, docentes, técnicos administrativos e órgãos colegiados.	- Atas das reuniões do conselho administrativo, comissão de AI/PDI, reuniões da diretoria, docentes, e Assembleia da Apefac.

	- Avaliar a participação da comunidade interna (educadores/as, estudantes, famílias, colaboradores/as, parceiros da formação) nos processos de auto avaliação institucional.	- A CPAI [Comissão de Avaliação Institucional] implantada, funciona adequadamente e conta com a efetiva participação de todas as representações da comunidade escolar;	- Atas das reuniões do conselho administrativo, comissão de AI/PDI, reuniões da diretoria, docentes, e Assembleia da Apefac.
3.3. Retroalimentação: nível em que as ações pedagógicas e administrativas resultam das avaliações desenvolvidas pela instituição escolar.	- Avaliar se as ações desenvolvidas pela instituição se baseiam nos resultados da sua auto avaliação.	- Existência de mecanismos de verificação entre a avaliação e o planejamento da escola e sua coerência entre as ações realizadas na escola e avaliada no PAI e os propósitos formulados no PDI.	- Atas da reunião do conselho administrativo, comissão de AI/PDI, assembleia da Apefac, planejamento anual e PDI.
<b>DIMENSAO 4 - Responsabilidade social da instituição</b>			
<b>Objetivo geral: avaliar se a instituição está cumprindo suas responsabilidades sociais de acordo com seu caráter filantrópico.</b>			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
4.1. Relação da instituição escolar com a sociedade.	- Avaliar o cumprimento da responsabilidade social da instituição, considerando sua contribuição em relação ao desenvolvimento da cidadania, à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social local, à defesa do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida.	- Programa de ensino que prioriza a atenção à superação da pobreza, por meio de novas tecnologias de produção agrícola e sociais para a geração de trabalho e renda; - As relações da Escola com os setores da sociedade decorrem de políticas institucionais expressas no PDI e	- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aefac, equipe docente, conselho administrativo, de AI e PDI, assembleia das famílias, regimento escolar. Plano de Curso do ensino médio

		<p>geram ações voltadas ao desenvolvimento social, econômico, Educacional e ambiental da região.</p> <p>- Temas geradores comprometidos com as necessidades de mudanças na realidade social,</p>	
4.2. Inclusão social.	- Avaliar se as ações da instituição com vistas à inclusão social atendem às necessidades das pessoas e à legislação em vigor.	<p>Cumprimento das metas de inclusão social apresentadas no PDI;</p> <p>- Existência de políticas institucionais de inclusão de estudantes em situação econômica desfavorável;</p> <p>-Existência de ações para promover a integração dos estudantes ao mundo do trabalho.</p>	<p>- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aeefac, equipe docente, conselho administrativo de AI e PDI, assembleia das famílias, regimento escolar.</p> <p>- Estágio supervisionado</p>
4.3. Defesa do meio ambiente, da produção técnico-científica, da produção artística e do patrimônio cultural.	- Avaliar o desenvolvimento de ações da instituição com vistas à defesa do meio ambiente, da qualidade de vida, da memória cultural e técnico-científica.	- Reconhecimento da importância social das ações da escola na estimulação de novas tecnologias de produção agrícola baseadas na agroecologia para o desenvolvimento local e regional.	<p>- Ata de reuniões do conselho de classe, equipe docente, Aeefac, planejamento anual da escola, relatório anual de atividades da escola e PDI.</p> <p>- Representação e participação em conselhos e grupos de produção agroecológica</p>
<b>DIMENSÃO 5 - Comunicação e Integração com a sociedade</b>			

Objetivo geral: avaliar o desempenho da instituição em relação aos espaços de participação e no relacionamento com a comunidade escolar.			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
5.1. Avaliação da comunicação interna e externa.	- Avaliar se os canais de comunicação/sistemas de informação, destinados a interação com a comunidade interna e externa estão atendendo a sua finalidade e alcance.	- Existência de mecanismos de comunicação e sistemas de informação para as instancias de gerência, famílias e estudantes; - Imagem pública da Escola como promotora ações de cuidado e preservação do meio ambiente e políticas de produção sustentável através da agroecologia;	- Arquivo da secretaria escolar, redes sociais da Efac, reuniões da equipe docente, Aeefac, planejamento anual da escol, PDI, Meios de comunicação de massa (jornal e tv); Elementos de ornamentação e mística.
<b>DIMENSÃO 6 - Políticas de Recursos Humanos</b>			
Objetivo geral: verificar o desempenho da instituição no âmbito da gestão, valorização e aperfeiçoamento do quadro de pessoal			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
6.1. Políticas de pessoal, de carreiras, de desenvolvimento profissional e das condições de trabalho.	- Avaliar se existem mecanismos sistematizados para a avaliação das políticas de pessoal, plano de carreiras do corpo docente, e do corpo administrativo, do programa de desenvolvimento profissional e das condições de trabalho.	- Equipe motivada à evolução profissional, através da diversificação das áreas e cursos realizados, produção de publicações, participação em eventos entre outros; - Existência de planos de carreira regulamentados para docentes e funcionários técnico-administrativos	- Currículo lattes e/ou arquivo pessoal dos funcionários na escola. - Acordo coletivo das categorias com os sindicatos e a mantenedora. - Atas da reunião de equipe docente, colaboradores, setores da escola, planejamento anual e PDI. - Pesquisa de satisfação; - Certidões negativas de dividas



		<p>com critérios claros de admissão e de progressão;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Desenvolvimento de programas de formação e qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e Avaliação das políticas e práticas institucionais de gestão de pessoas e funcionários técnico-administrativos;</li><li>- Bom clima institucional, relações interpessoais, estrutura de poder distribuída, graus de satisfação pessoal e profissional;</li><li>- Cumprimento das obrigações trabalhistas;</li><li>- Pagamento sistemático dos salários dos docentes e dos técnico-administrativos.</li><li>- A Escola oferece um ambiente físico, humano, agradável e seguro, demonstrando o cuidado com as pessoas</li><li>- O perfil do corpo docente atende aos requisitos de titulação e de experiência profissional</li></ul>	<p>ativas com união, estado e municípios;</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Recibos/contracheques</li><li>- Ambiente escolar com estrutura para refeições, descanso e integração;</li><li>- Históricos e diplomas escolares dos profissionais.</li></ul>
--	--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------



		adequados às Políticas estabelecidas no PDI e em outros documentos oficiais.  - O perfil do corpo técnico administrativo atende as necessidades da escola	
<b>DIMENSÃO 7 - A Organização e a gestão da instituição</b>			
Objetivo geral: avaliar se a dinâmica e metodologia de gestão e organização da instituição estão coerentes com seus princípios.			
<b>Categoria avaliada*</b>	<b>Objetivo da avaliação</b>	<b>Indicadores</b>	<b>Referencial para proceder a avaliação **</b>
7.1.Coerência entre a organização e gestão da instituição com as políticas firmadas em documentos oficiais.	- Avaliar a organização e o funcionamento da instituição, incluindo a representatividade dos segmentos escolares no processo de gestão, a independência e autonomia da Instituição no que se refere aos processos didáticos e pedagógicos em relação à mantenedora e à participação da comunidade escolar nos processos decisórios.	- A organização da Escola, sua independência e autonomia em relação à mantenedora cumpre os dispositivos regimentais e estatutários e é coerente com o Plano de Desenvolvimento Institucional. - Existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real; - Unidade da gestão e tomadas de decisão	- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, equipe docente, setores, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar, planejamento anual e PDI. Estatuto do Mepes Matriz SWOT de planejamento

		<p>institucionais em relação às finalidades educativas;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções modos de participação dos atores na gestão.</li> </ul>	
7.2.Gestão institucional.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar se existem mecanismos adequados para verificar em que nível de gestão democrática a instituição se apresenta, impulsionada pelos princípios da qualidade e efetividade.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados, permitem a comunidade escolar participar dos trabalhos para discussão de estratégias e decisões institucionais,</li> <li>- Os fornecedores da escola são selecionados segundo critérios de Responsabilidade Social [a) proibição de trabalho infantil; b) relações de trabalho adequadas; c) adoção de padrões ambientais; d) apoio a iniciativas sociais; e) ações de inclusão social</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, conselho administrativo, comissão de AI/PDI, equipe docente, setores, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar, planejamento anual e PDI. Estatutos</li> </ul>
7.3. Funcionamento, representação e autonomia dos colegiados ou conselhos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Avaliar o funcionamento e a representatividade das estruturas colegiadas da instituição escolar, que tratam do desenvolvimento do ensino, é realizada por estudantes e docentes, de forma sistemática e</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Comunidade escolar representada nos espaços de participação</li> <li>- Existência de instruções normativas formuladas e conhecidas sobre</li> </ul>	<p>Estatuto, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros</p>

	adequadamente planejada.	os procedimentos institucionais.	
<b>DIMENSÃO 8 - Infraestrutura</b>			
Objetivo geral: Verificar se a infraestrutura está atendendo às necessidades básicas de funcionamento.			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
8.1. Coerência da infraestrutura física, especialmente a de ensino, biblioteca e convivência.	a) Avaliar a qualidade, a capacidade instalada, a atualização e a adequação física/ambiental dos laboratórios, conforme previsto na legislação em vigor.	- A infraestrutura física da Escola, especialmente a de ensino e pesquisa, está associada às Políticas que integram o PDI; - As Políticas de aquisição de equipamentos e de expansão e/ou conservação do espaço físico é adequada às necessidades de implementação dos programas de ensino, pesquisa e extensão.	- Ata de reuniões da equipe docente, diretoria, setores de trabalho, planejamento anual da escola e PDI Regimento escolar, Plano orçamentário.
	b) Avaliar a qualidade, capacidade instalada, atualização e ambientação física/ambiental da biblioteca, das salas e demais ambientes de aprendizagem e de área de convivência, como previsto na resolução normativa do sistema;	- Existência de locais de convívio disponível aos discentes, docentes e funcionários técnico-administrativos. - As instalações gerais para o ensino e a pesquisa [laboratórios didáticos e de pesquisas], as destinadas à prática de esportes, atividades culturais e de lazer, os espaços de convivência, são Adequadas ao uso.	- Ata de reuniões do conselho de classe, equipe docente, setores de trabalho, Aefac, planejamento anual da escola, relatório anual de atividades da escola e PDI, Espaço e estruturas físicas.

	c) Avaliar a adequação dos recursos de informação/comunicação, sendo o laboratório de informática com softwares específicos obrigatório para todos os cursos técnicos.	- Existem instalações para o ensino e a pesquisa (laboratórios didáticos e de pesquisas) e equipamentos áudio visuais.	- Ata de reuniões do conselho de classe, equipe docente, setores de trabalho, Aeeefac, planejamento anual da escola, relatório anual de atividades da escola e PDI. Alvarás e licenças
8.2 Instalações Gerais.	Avaliar as instalações gerais englobando os espaços de uso comum, as instalações sanitárias e aquelas destinadas às atividades de apoio à ação educacional, como previsto na resolução normativa do sistema.	-Instalações gerais para o ensino e a pesquisa [laboratórios didáticos e de pesquisas], as destinadas à prática de esportes, atividades culturais e de lazer, os espaços de convivência, são adequadas ao uso.	- Ata de reuniões do conselho de classe, equipe docente, setores de trabalho, Aeeefac, Apeefac, planejamento anual da escola, relatório anual de atividades da escola e PDI. Alvarás e Licenças
8.3 Biblioteca: acervo, serviço e espaço físico.	- Avaliar se a biblioteca engloba a análise do acervo em consonância com o que está regulamentado na resolução normativa do sistema, da política de atualização do acervo e dos serviços de biblioteca.	Acervo bibliográfico, incluindo os acervos digitais e os serviços da biblioteca são adequados ao uso.	- Ata de reuniões do conselho de classe, equipe docente, setores de trabalho, Aeeefac, planejamento anual da escola, relatório anual de atividades da escola e PDI.
<b>DIMENSÃO 9 - Política de atendimento aos estudantes</b>			
<b>Objetivo geral: avaliar o grau do atendimento e satisfação do estudante com o serviço prestado.</b>			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
9.1. Coerência das políticas de atendimento aos estudantes com o estabelecido em documentos oficiais.	- Avaliar a coerência das políticas de atendimento aos estudantes e a prática estabelecida e proposta nos documentos oficiais da escola.	- As Políticas de atenção aos Alunos estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional [PDI] e outros documentos oficiais são	- Ata de reuniões da diretoria da Apeefac, Aeeefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI.

		coerentes com as ações praticadas.	
9.2. Programas de apoio ao desenvolvimento dos estudantes.	- Avaliar as atividades de apoio ao desenvolvimento dos estudantes por meio de projetos e/ou programas.	- Os serviços disponibilizados aos alunos, como acompanhamento didático-pedagógico, os de integração dos estudantes com deficiências e os de incentivo à participação estudantil em colegiados são adequados e coerentes com as Políticas de atenção ao estudante que integram o Plano de Desenvolvimento Institucional.	- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI.
9.3 Condições institucionais de atendimento aos estudantes.	- Avaliar a existência de políticas de acesso e permanência de estudantes.	As Políticas relacionadas aos processos de acesso, seleção e de controle da repetência e da evasão são coerentes com as ações promovidas e são adequadas às políticas públicas e ao contexto social dos alunos.	- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI.
	-Avaliar se as políticas de atendimento aos estudantes englobam os critérios utilizados em termos de clareza e democracia de oportunidade, do acompanhamento pedagógico e do espaço de participação do estudante,	- Os estudantes estão organizados em associação e participam das instancias avaliativas da escola.	- Ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI.

<p>9.4. Acompanhamento de egressos e criação de oportunidade de formação continuada.</p>	<p>- Avaliar a relação da instituição com seus egressos em vista da formação continuada e melhorias político-pedagógicas.</p>	<p>- Existe espaço de representação dos egressos nas instancias de avaliação da escola e suas contribuições são utilizadas para melhorias do processo de ensino.                  - Os egressos em sua maioria, estão em atividades ligadas a missão do curso no campo ocupacional e na continuidade dos estudos.</p>	<p>- Reunião do conselho administrativo e de autoavaliação institucional e Assembleia da Apefac, PDI.</p>
<p><b>Dimensão 10 - Sustentabilidade Financeira.</b></p>			
<p><b>Objetivo geral: avaliar a quantidade e qualidade das parcerias para a manutenção do projeto.</b></p>			
Categoria avaliada*	Objetivo da avaliação	Indicadores	Referencial para proceder a avaliação **
<p>10.1. Sustentabilidade e financeira da instituição escolar.</p>	<p>- Avaliar a sustentabilidade financeira da Instituição escolar, no período de vigência do PDI (2021 – 2025).</p>	<p>- A sustentabilidade financeira da Escola é coerente com a proposta descrita no PDI;</p>	<p>- Orçamento da escola, prestação de contas, ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aeeefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI.</p>
<p>10.2. Políticas de captação e alocação de recursos.</p>	<p>- Avaliar se as políticas de captação/alocação de recursos são coerente com a projeção orçamentária das metas, dos processos e dos resultados previstos no PDI.</p>	<p>- Existência de conselho fiscal para avaliar e acompanhar a execução orçamentária.</p>	<p>- Orçamento da escola, prestação de contas, ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aeeefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI. Pareceres do conselho fiscal</p>

	- Avaliar a participação da comunidade escolar no acompanhamento dos recursos financeiros da escola.	- Existência de orçamento com destinação de verbas para capacitação de docentes e técnico-administrativos; - Existência de controle entre as despesas efetivas e aquelas referentes às despesas correntes, de capital e de investimento.	- Orçamento da escola, prestação de contas, ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aeefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI. Parecer do conselho fiscal
10.3. Políticas de aplicação de recursos.	- Avaliar se a política de aplicação de recursos envolve o planejamento de aquisição de laboratórios, de equipamentos, de espaços específicos de aprendizagem e/ou convivência, do acervo e da expansão e/ou conversão do espaço físico necessários à consecução do que foi previsto no PDI.	- Existência de orçamento com previsão de despesas correntes, despesas de capital e despesas de investimento	- Orçamento da escola, prestação de contas, ata de reuniões da diretoria da Apefac, Aeefac, equipe docente, conselho administrativo e assembleia, regimento escolar e PDI.

\*Cada uma das categorias será avaliada com a participação dos segmentos da comunidade escolar, como: estudantes, famílias, educadores/as, egressos, colaboradores/as, parceiros da formação.

\*\* De modo geral, a coordenação do PAI pesquisará nos documentos (referencial para proceder à avaliação) sugeridos para cada categoria, levantando e sistematizando as informações. Essas informações serão apresentadas e discutidas pela comunidade escolar, por meio do conselho administrativo/comissão de AI (gerando a pré-avaliação). Em seguida, serão apresentadas e discutidas na assembleia da Apefac, gerando a autoavaliação institucional anual final. Essas informações serão sistematizadas na forma de relatório anual.

### 9.3. Apêndice C - Roteiro do relatório anual do pai da Efac

#### 1. INTRODUÇÃO:

- Apresentação contextualizada da escola (Histórico, localização, importância da escola para região, objetivo da autoavaliação, principais conteúdos, etc.);

## 2. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: CAMINHOS PERCORRIDOS.

- Descrever como se deu a aplicação da autoavaliação (pegar com base no ciclo proposto para o PAI e descrever como aconteceram as etapas, iniciando com o PDI até a divulgação dos dados e novas adequações no PDI). Caracterizar a metodologia.

## 3. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA ESCOLA.

3.1 DADOS DA INSTITUIÇÃO (QUADRO DO PROCESSO: NOME, CNPJ, LOCALIZAÇÃO, CURSO OFERTADO, ETC.)

3.2. CARACTERIZAÇÃO DO COLETIVO ATENDIDO PELA ESCOLA:

### 3.2.1 QUADRO TOTALIZADOR DE MATRÍCULAS

Turma	Matrícula inicial		Matricula Final		Transferência recebida	Transferência Expedida	Evadido / Desistências	Aprovado	Reprovado	E R R
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino						
Total										

### 3.2.2 PROCEDÊNCIA DOS ALUNOS

Município	Comunidade	Nº de alunos atendidos

### 3.2.3 CONDIÇÃO SÓCIO ECONÔMICA

Condição Sócio- Econômica
---------------------------

Assalariado	Assentado	Diaristas	Pequeno Produtor	Médio Produtor	Grande Produtor	Meiro	Aposentado	Autônomo
-------------	-----------	-----------	------------------	----------------	-----------------	-------	------------	----------

#### 4. AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

##### 4.1. EIXO 1: ASSOCIATIVO

4.1.1 DIMENSÃO 01: ARTICULAÇÃO ENTRE A MISSÃO E O PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.

4.1.2 DIMENSÃO 03: A RELAÇÃO PLANEJAMENTO/AVALIAÇÃO

4.1.3 DIMENSÃO 09: POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

##### 4.2 EIXO 2 – PEDAGÓGICO

4.2.1 DIMENSÃO 02: O ENSINO E OS PROCESSOS DIDÁTICOS E PEDAGÓGICOS

##### 4.2.2 Atividades pedagógicas desenvolvidas

<u>Tipos de atividades</u>	<u>Turma</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Temas</u>	<u>Abrangência e Observações</u>
PE / FP / FO	1ª			
	2ª			
	3ª			
Visitas e viagens de Estudo	1ª			
	2ª			
	3ª			
	1ª			



Cursinhos/oficinas e Intervenções/Palestras	2 <sup>a</sup>			
	3 <sup>a</sup>			
Atividade de Retorno	1 <sup>a</sup>			
	2 <sup>a</sup>			
	3 <sup>a</sup>			
Experiência	1 <sup>a</sup>			
	2 <sup>a</sup>			
	3 <sup>a</sup>			
Avaliação Final	1 <sup>a</sup>			
	2 <sup>a</sup>			
	3 <sup>a</sup>			
Estágios	3 <sup>a</sup>			
Outras				

#### 4.2.2.1 Avaliações



Tipo de avaliação	Quem participa	Quantidade realizada	Principais desafios	Encaminhamentos feitos

#### 4.2.2.2 Visitas às famílias

Turma	Nº de visitas realizadas	Duração (média)	% realizado
1ª			
2ª			
3ª			

#### 4.2.2.3 Formação das famílias

Temas trabalhados	Nº de participantes	Nº de encontros
-------------------	---------------------	-----------------

### 4.3 EIXO 3 – ADMINISTRATIVO

#### 4.3.1 DIMENSÃO 06: A POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS: CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO.

##### 4.3.1.1 Equipe da EFA

Nome	Habilitação	Funções que exerce	Disciplinas	Vinculo Institucional	Evolução no currículo  (citar as formações realizadas ou participações em eventos no decorrer do ano)

#### 4.3.2 DIMENSÃO 07: A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA INSTITUIÇÃO

##### 4.3.2.1 Reuniões da equipe

Categoria	Nº de Reuniões	Principais Assuntos
Reunião geral da equipe		
Comissão/setor Administrativo		
Comissão/setor Pedagógico		
Comissão/setor Articulação Agroecológica		

##### 4.3.2.2 Reuniões da Diretoria da Associação das Famílias

Quantidade	Pauta (principais assuntos)

##### 4.3.2.3 Assembleia das famílias

Quantidade de assembleia	Encaminhamentos	Nº de participantes (média)



--	--	--

#### 4.3.2.4 Relações externas

##### **a) Poderes públicos (estadual, municipal, federal)**

Parceiro	Ações realizadas	Comentário

**Obs: Citar o órgão ou secretaria etc.**

##### **b) Legislativo (vereadores, deputados, senadores etc.)**

Parceiro	Ação realizada	Comentário (objetivo-avaliação, etc.)

#### 4.3.3 DIMENSÃO 08: A INFRAESTRUTURA

##### **Estrutura física**

Setores	Condição atual	Melhoria realizada ou necessidade de melhoria	Caso tenha sido feito melhorias (recurso/fonte) se não qual o valor da necessidade
Dormitório			
Cozinha			
Refeitório			
Salas de aula			



Secretaria			
Sala de monitores			
Biblioteca			
Laboratórios			

### Unidade produtiva

Espaços	Principais atividades desenvolvidas / projetos novos implantados

## **4.4 EIXO 4 – ECONÔMICO-FINANCEIRO**

### **4.4.1 DIMENSÃO 10: SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA**

## **4.5 EIXO 5 – POLÍTICO**

### **4.5.1 DIMENSÃO 04: A RESPONSABILIDADE SOCIAL DA INSTITUIÇÃO**

### **4.5.2 DIMENSÃO 05: A COMUNICAÇÃO E INTEGRAÇÃO COM A COMUNIDADE**

#### **4.5.2.1 Eventos realizados**

Evento	Temas abordados	Nº participante	Recursos / fontes	Finalidade

#### 4.5.2.2 Participação em atividades externas

Tipo de atividade	Assunto /tema tratado	Nº de participante	Finalidade

#### 4.5.2.3 Comunidades/voluntários

Parceiro (quem)	Ação realizada (tipo/metodologia)	Comentário (objetivo-avaliação, etc.)	Quantidade

#### 4.5.2.4 Visitas recebidas

Categoria	Motivo	Duração aproximada (médio por categoria)	Total de visitas
Total Geral			

**Obs: Pode-se agrupar a categoria do visitante pelo motivo. / EX. Visita o filho na EFA**

#### 4.5.2.5 Parcerias (Entidades, movimentos)

Parceiro	Ação realizada	Comentário (objetivo-avaliação, etc.)
		<b><u>OBS: Comentário resumido (usar tópicos)</u></b>



## **6 Considerações finais/Conclusão**

- Fazer uma análise geral dos avanços, dificuldades e necessidades projetando as perspectivas para o próximo ano, com base no Plano de Desenvolvimento – PDI e no Plano de Avaliação Institucional e PAI.

## **Referências**

## **Anexos**

1. **Exemplos das atividades solicitadas pelo MEPES**
2. **Dados Gerais dos estudantes (tabela abaixo)**
3. **Arquivos fotográficos**